

SECIMA

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO
AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS,
INFRAESTRUTURA, CIDADES E
ASSUNTOS METROPOLITANOS

**GOVERNO DE
GOIÁS**

Plano de Manejo da APA de Pouso Alto

Encarte 3 - Missão da APA e Matriz Lógica de Planejamento

Maio/16 Centro Tecnológico de Engenharia

Plano de Manejo da APA de Pouso Alto

Centro Tecnológico de Engenharia. – Goiânia, GO: CTE, 2016.

17p.

Coordenação: Fausto Nieri Moraes Sarmiento

Plano de Manejo – Centro Tecnológico de Engenharia.

Encarte 3. Missão da APA e Matriz Lógica de Planejamento.

AUTORIDADES PÚBLICAS

Governador

Marconi Ferreira Perillo Júnior

Secretário do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos

Vilmar da Silva Rocha

Superintendente Executivo

Mário João de Souza

Superintendente Executiva de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Jacqueline Vieira da Silva

Superintendente de Proteção Ambiental e Unidades de Conservação

José Leopoldo de Castro Ribeiro

Gerente de Compensação Ambiental e Áreas Protegidas

Erlon Maikel Gouvêa

Servidor Responsável pelo Acompanhamento e Elaboração do Plano de Manejo

Eric Rezende Kolailat (Analista Ambiental)

EQUIPE TÉCNICA

Empresa Responsável pela Elaboração do Plano de Manejo		Responsável Técnico (RT) pela Elaboração do Plano de Manejo	
CTE – Centro Tecnológico de Engenharia Ltda		Fausto N. Moraes Sarmento	
EQUIPE TÉCNICA – PLANO DE MANEJO APA POUSO ALTO			
DIRETORIA			
Profissional	Formação e N ° de Documentos	Responsabilidade no estudo	
Fausto N. Moraes Sarmento	Eng. Civil CREA nº 857/D-GO	Diretor	
Heloíza Gusmão Lima	Eng ^a . Civil CREA nº 1108/D-DF	Diretora	
José Olímpio Júnior	Eng. Segurança CREA nº 0536/D-GO	Diretor	
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE			
Profissional	Formação e N ° de Documentos	Responsabilidade no estudo	
M.Sc. Flávio César Gomes de Oliveira	Biólogo CRBio nº 30699/4D	Coordenação Geral	
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS			
Profissional	Formação e N ° de Documentos	Responsabilidade no estudo	
M.Sc. Conrado M. Spínola	Eng. Florestal CREA nº 5061879630/D-SP	Coordenação de Estudos e Projetos	
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO - PLANO DE MANEJO DA APA POUSO ALTO			
Profissional	Formação e N ° de Documentos	Responsabilidade no estudo	
M.Sc. Raquel Lima da Silveira	Bióloga CRBio nº 40598/4D	Coordenadora do Projeto	
MSc. Wilson Lopes Mendonça Neto	Geógrafo - CREA nº 1014532809/D-GO	Auxiliar Técnico de Coordenação	
Rubia Tobias da Silva	Bióloga CRBio nº 80443/4D	Auxiliar Técnica do Projeto	
MEIOS FÍSICO, BIÓTICO E ANTRÓPICO			
Profissional	Formação e N ° de Documentos	Responsabilidade no estudo	
Msc. Wallas de Souza Castro	Geógrafo CREA nº 20846/D-GO	Físico	
MSc. Wilson Lopes Mendonça Neto	Geógrafo	Físico – Análise das Unidades da Paisagem	
Msc. Joildes Brasil dos Santos	Geógrafo	Físico	
Geovane Rodrigues Gomes	Técnico em Mineração	Físico - Espeleologia	
José Délio Alves Pereira	Biólogo CRBio nº 16342/4D	Flora	
Dr. Wilian Vaz Silva	Biólogo CRBio nº 34688/4-D	Fauna - Coordenação Técnica	
Ricardo Herrero Madureira	Médico Veterinário CRMV nº: 3328	Fauna – Mastofauna	
Tiago Magalhães Ribeiro	Biólogo CRBio nº 44438/4D	Fauna - Coordenador de Campo	
Sheila Pereira Andrade	Bióloga CRBio nº 70957/4-D	Herpetofauna	
Edmar P. Victor Júnior	Biólogo CRBio nº 76074/4-D	Ornitofauna	
Paulo Roberto Gomes Pereira	Biólogo CRBio nº 70569/4-D	Mastofauna	
Fagner Correia D'arc	Biólogo CRBio nº 80081/4-D	Mastofauna - Quiroptero-fauna	
Alan Francisco de Carvalho	Sociólogo	Socioeconomia	
Carla Simone da Silva	Assistente Social CRESS nº 2231	Socioeconomia	
Cristiane Batista Cordeiro	Assistente Social CRESS nº 2930	Socioeconomia	
Gremilla Nolasco Moraes	Assistente Social CRESS nº 2792	Socioeconomia	
Marivone J. Felipe	Geógrafa CREA nº 8567/D-GO	Socioeconomia	
Lorena Alves e Silva	Tecnóloga em Geoprocessamento	Elaboração de Mapas e Figuras	
Tiago Lima da Silveira	-	Formatação	

*CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia / CRMV GO – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás / CRBio – Conselho Regional de Biologia / CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

SUMÁRIO

3. MISSÃO DA APA E MATRIZ LÓGICA DE PLANEJAMENTO.....	1
3.1 MISSÃO DA APA	1
3.2 MATRIZ LÓGICA DE PLANEJAMENTO	4
3.2.1. VISÃO GERAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO	4
3.2.2. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DA APA DE POUSO ALTO	6
3.2.3. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	8
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	11

TABELA

Tabela 1 – Matriz de Planejamento	5
Tabela 1 – Reuniões – Oficinas de Planejamento realizadas para o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto	8
Tabela 2 – Forças Restritivas e Premissas Defensivas e de Recuperação.....	10
Tabela 3 – Forças Impulsoras e Premissas Ofensivas e de Avanço	11

3. MISSÃO DA APA E MATRIZ LÓGICA DE PLANEJAMENTO

3.1 MISSÃO DA APA

O desenvolvimento de um processo de planejamento estratégico e processual requer uma fundamentação clara sobre a missão da APA e sobre a visão de futuro desejada para a área. A Missão da APA revela o objetivo específico da unidade de conservação, os meios para alcançar estes objetivos, e como estes contribuem na preservação e conservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável da região. A "missão" deverá ser estabelecida a partir dos objetivos de criação da APA. Deve-se, também, atualizá-la periodicamente, procurando agregar novos elementos ou aperfeiçoar os elementos anteriormente definidos face às mudanças situacionais da realidade.

A missão da APA deverá orientar os objetivos do Plano de Manejo e a formulação de Programas e Subprogramas de Ações para a proteção e a conservação de sua biodiversidade. O desafio maior desta fase é definir estratégias que auxiliem a reverter forças restritivas existentes no ambiente interno e externo da APA, e que potencializem as oportunidades detectadas a favor da proteção da biodiversidade na direção do desenvolvimento sustentável.

As atividades do plano, em caráter piloto, serão direcionadas para solucionar os problemas ambientais existentes em áreas estratégicas, através das diretrizes e normas de uso estabelecidas no Zoneamento Ambiental. O uso sustentável dos recursos da APA deverá se expressar na forma de um projeto conservacionista que, associado a políticas públicas adequadas, contribua para a elevação da qualidade de vida das populações locais. Deverão ser avaliadas linhas prospectivas para a formulação de projetos (ecoturismo, cultivo de espécies nativas, agricultura adequada a ciclos naturais etc.), quanto à sua viabilidade ambiental, face ao objetivo maior da APA. Assim as atividades e programas a serem propostos estarão priorizados a partir deste objetivo maior.

O enfoque estratégico leva a considerar as forças interagentes, avaliando seu comportamento no presente e no futuro e relacionam-nas ao ambiente externo e interno da APA. Este enfoque parte da fixação da missão e da análise do quadro socioambiental da APA para auxiliar na definição das estratégias e ações que irão compor o Plano de Manejo.

Com estes elementos, elabora-se a Visão de Futuro a partir da projeção do quadro ambiental interno e externo da APA. A visão de futuro permite, através da utilização da

técnica de cenários, formular o prognóstico das oportunidades e ameaças à consolidação dos objetivos da unidade de conservação, bem como os riscos (premissas de danos) e potencialidades (premissas de avanço) para a área no futuro.

Estes prognósticos auxiliam na análise das possíveis linhas de evolução do quadro ambiental atual da Unidade e orientam na formulação de estratégias a serem adotadas, para atingir o objetivo superior da APA, além da formulação de um cenário de futuro desejado.

Assim, a escolha de um cenário ambiental futuro favorável à conservação da biodiversidade e ao desenvolvimento sustentável deverá fornecer elementos para o planejamento da Unidade, expresso em estratégias e prioridades e que também deverá auxiliar a aplicação de conceitos atualizados para a consolidação da Missão da APA.

A atualização da "missão" da Unidade, através da visão de futuro, permitirá explorar potencialidades futuras e incorporar aspectos recentes da realidade externa. Fornecerá, também, orientações para a seleção de estratégias e, em especial, o objetivo a ser alcançado com o Plano de Manejo, que orientará o planejamento de atividades, subprogramas e programas para a gestão da APA.

O objetivo principal da APA é disciplinar o processo de ocupação, proteger a diversidade biológica e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Para atingir este objetivo, definiu-se quatro metas consecutivas:

- caracterizar, espacializar, quantificar e analisar os principais componentes da paisagem da APA;
- constituir uma base cartográfica digital sobre aspectos abióticos, bióticos e antrópicos da área;
- integrar estas informações para avaliar a adequabilidade da presença humana na área, dos pontos de vista legal e ambiental, e suas implicações para o desenvolvimento;
- analisar a pertinência de implantação da APA, seus limites e subsidiar a determinação de diretrizes para sua gestão.

Portanto, conforme o Art. 1 de seu Decreto de criação, “destina-se a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado.”

MISSÃO: Conservar os recursos hídricos e a biodiversidade da APA de Pouso Alto, promovendo integração social e desenvolvimento sustentável.

VISÃO: Ser reconhecida como uma unidade eficiente e integradora, que contribui para o desenvolvimento sustentável da APA e para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos



3.2 MATRIZ LÓGICA DE PLANEJAMENTO

3.2.1. VISÃO GERAL DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Este trata do planejamento da Unidade de Conservação e da região na qual se insere a UC. Historicamente o processo de planejamento de Unidades de Conservação no Brasil seguia a metodologia de planejamento segundo programas e subprogramas de manejo (MILLER, 1980), sendo substituída na última versão do “Roteiro Metodológico de Planejamento: Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas” (IBAMA, 2002) por uma nova abordagem metodológica: **Planejamento por áreas de atuação**.

A metodologia de planejamento por áreas de atuação visa estruturar as ações das Unidades de Conservação numa abordagem espacial, muito embora seja possível uma visão programática destas ações. Com a incorporação da ferramenta de planejamento estratégico, são identificadas objetivamente as condições positivas e negativas que catalisam o tratamento das ações a serem empreendidas nas UCs e em sua região de influência. Define-se assim a nova metodologia de planejamento: *Metodologia de planejamento por áreas de atuação é aquela que, identificando as áreas focais para atuação da administração da Unidade de Conservação, tanto em seu interior quanto em seu exterior (áreas estratégicas), estabelece as ações a serem desenvolvidas em cada uma destas áreas, organizando seu planejamento segundo temas de ação.*

Dessa forma, com base no diagnóstico da UC e seu entorno, são estabelecidos os objetivos específicos de manejo da UC e, em seguida, uma gradação de uso para a área através do zoneamento. Posteriormente, são identificadas as áreas estratégicas nas quais são propostas as linhas de ação nos diferentes temas programáticos. As ações voltadas para toda a UC são agrupadas nas ações gerenciais gerais. As linhas de ação são compostas por atividades, subatividades e normas específicas. As normas gerais de manejo estabelecem a orientação para procedimentos gerais da Unidade.

Os Projetos Específicos detalharão posteriormente algumas atividades propostas, em especial aquelas que envolvem conhecimentos específicos, tais como os projetos construtivos. A monitoria e a avaliação do Plano de Manejo fornecerão novas informações para o diagnóstico e a revisão do planejamento, retroalimentando e aprimorando o manejo da UC.

Durante a revisão do planejamento das Unidades de Conservação que possuem um instrumento de planejamento, quer seja um plano de manejo ou um plano de ação emergencial, é feita uma análise dos instrumentos de planejamento anteriores de forma a avaliar e subsidiar as ações que foram desenvolvidas e os motivos levantados pelos quais determinadas atividades ou programas obtiveram ou não êxito. Após tal análise são feitos estudos complementares ou atualizadas as informações disponíveis para subsidiar a revisão do plano de manejo para aí então, serem propostos novos programas e/ou atividades, ou até mesmo reforçando as propostas existentes.

Tabela 1 – Matriz de Planejamento

DESCRIÇÃO SUMÁRIA		
OBJETIVO - Elaboração do Plano de Manejo da APA de Pouso Alto	INDICADORES	PRESSUPOSTOS
RESULTADOS		
1) <i>Identificação dos Atores envolvidos</i>	Conselho Consultivo da APA, organizações governamentais e não governamentais. Representantes do Setor Ambiental e Produtivo	Visitas as instituições, reuniões técnicas
2) <i>Elaboração do Diagnóstico Socioambiental</i>	Levantamento de dados secundários e primários	Etapas de campo com equipe multidisciplinar
3) <i>Oficinas de Planejamento</i>	Apresentação do Diagnóstico Socioambiental	Discussão da situação atual com o Conselho Consultivo
4) <i>Zoneamento e normatização</i>	Mapeamento das áreas homogêneas, recomendações e normas	Cruzamento dos mapas temáticos
5) <i>Programas de Ação</i>	Elaboração dos Programas de Ação	Recomendações
6) <i>Sistema de Gestão</i>	Elaboração dos Sistema de Gestão	Aprovação do sistema de Gestão
7) <i>Matrizes de Monitoramento</i>	Composição do Monitoramento	Aprovação da Matriz de Monitoramento
8) <i>Aprovação do Plano</i>	Aprovação do Plano de Manejo	Portaria publicada

3.2.2. HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO DA APA DE POUSO ALTO

A Área de Proteção Ambiental de Pouso Alto é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Decreto Nº 5.419 de 07 de maio de 2001, pelo Governo do Estado de Goiás, em uma área de 872.000ha, abrangendo os municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Colinas do Sul, Nova Roma, São João D’Aliança e, Teresina de Goiás. A sede da APA está localizada no município de Colinas do Sul.

Segundo o Art. 1 de seu Decreto de criação, “destina-se a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado.”

O Art. 2º trata do memorial descritivo da UC e, o Art. 3º exclui do perímetro de sua abrangência a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e as sedes municipais.

Estabelece-se no Art. 4º que para proteção da APA de Pouso Alto, todos os empreendimentos susceptíveis de provocar modificações e/ou impactos ambientais dentro e num raio de 10km dos seus limites, deverão ser submetidos à anuência da Agência Goiana de Meio Ambiente.

E, no Art. 5º assevera-se que “as atividades permitidas na região da APA de Pouso Alto serão regulamentadas a partir de um zoneamento a ser elaborado sob a coordenação da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás, seguida a orientação do Conselho de Gestão, com a participação dos órgãos governamentais e da sociedade civil dos municípios envolvidos.

O processo de criação da APA de Pouso Alto pelo governo estadual e seus desdobramentos institucionais *a posteriori*, inclusive em relação às comunidades e grupos sociais afetados, nos municípios por ela abrangidos, foram amplamente discutidos nos trabalhos de Meió (2006), Barbosa (2008) e, Ferreira e Almeida (2014). Estes documentos são de leitura necessária para uma melhor compreensão dos conflitos potenciais e manifestos que acompanharam o desenrolar dos acontecimentos ao longo de sua história até a atualidade.

A proposta de criação da APA do Pouso Alto é de autoria da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH), financiada pelo Fundo

Mundial para a Natureza (WWF) e executada pelo Grupo Nativa com o apoio da ONG OCA Brasil;

Em 2000, foi realizada em Cavalcante uma consulta pública onde se discutiu a implantação da APA, que contou com cerca de 150 pessoas. A reunião, posteriormente, foi contestada quanto a falta de representação e legitimidade.

Em 07 de maio de 2001, o então governador Marconi Ferreira Perillo assina o Decreto 5.419 de criação da APA do Pouso Alto, com 872 mil hectares.

Em setembro de 2001, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assina Decreto de ampliação do Parque Nacional Chapada dos Veadeiros (PNCV) de 60 mil hectares para 235 mil hectares.

Com o objetivo de contestar o Decreto presidencial, proprietários rurais, trabalhadores rurais e moradores fundaram, em 2001, a Associação Cidadania, Transparência e Participação (ACTP).

A ampliação do PNCV garantiu o título de Patrimônio Natural da Humanidade, conferido pela UNESCO, em 2001.

Em 2002, a ACTP entrou com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2003, o STF declarou nulo o Decreto presidencial de ampliação do PNCV.

Em 2005, após mais de 1 ano de discussão envolvendo a Agência Ambiental de Goiás (AGMA), Ministério Público do Estado de Goiás e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás, o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMAm), aprovou a Resolução 051/2005, segundo a qual ficava suspensa a emissão e renovação de licença de exploração e / ou supressão vegetal de qualquer natureza, em área acima de 30 hectares, localizada na APA do Pouso Alto.

Em 2005, a AGMA contrata a empresa Boursheid de Porto Alegre, iniciando-se a elaboração do Plano de Manejo da APA e instalação do seu Conselho Consultivo. A empresa seria paga pela AGMA com o dinheiro da compensação ambiental da empresa Transmissora Sudeste Nordeste (TSN). O contrato entre AGMA e a empresa Boursheid foi encerrado, ficando o Plano de Manejo inconcluso.

Em Abril de 2014, por meio de licitação, a empresa CTE Engenharia Ltda., de Goiânia, é contratada pela SEMARH para a sua conclusão, processo que ora encontra-se em andamento.

3.2.3. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A Matriz Lógica do Plano de Manejo constitui uma análise da situação geral de uma unidade de conservação, com relação aos fatores, tanto internos quanto externos, que a impulsionam ou que dificultam a consecução dos objetivos para os quais foi criada. Os fatores endógenos, que constituem o cenário interno de uma Unidade de Conservação, são caracterizados como pontos fortes e pontos fracos e condicionam o manejo da Unidade. Os fatores do cenário externo são caracterizados como oportunidades e ameaças, e auxiliam ou dificultam o cumprimento de seus objetivos de criação.

A Oficina de Planejamento é o principal evento de participação dos agentes identificados no processo decisório do planejamento da unidade de conservação.

Para a APA de Pouso Alto, as Oficinas de Planejamento foram realizadas através de reuniões com representantes da SECIMA e do Conselho Consultivo da APA de Pouso Alto, que representam os principais atores interessados, bem como a participação de representantes de outras instituições e sociedade civil.

Foram realizadas um total de 8 (oito) reuniões, tabela 1, sendo discutidos os principais objetivos da APA, tanto do ponto de vista da conservação quanto do uso sustentável, sendo apontadas as principais fragilidades e potencialidades da unidade de conservação em questão.

Tabela 2 – Reuniões – Oficinas de Planejamento realizadas para o Plano de Manejo da APA de Pouso Alto

Reuniões - Oficinas de Planejamento	
Data	Local
18/09/2014	Colinas do Sul*
08/10/2014	Colinas do Sul
19/11/2014	Colinas do Sul
09/12/2014	Colinas do Sul
25/02/2015	Colinas do Sul
19/06/2015	Colinas do Sul
03/07/2015	Alto Paraíso
29 e 30/07/2015	Alto Paraíso

*A maioria das Oficinas de Planejamento foram realizadas em Colinas do Sul, em função de neste município estar localizada a Sede da APA de Pouso Alto, além de ser uma localização centralizada para participação de representantes dos demais municípios e regiões.

Esta atividade corresponde à formulação completa do Plano de Manejo a partir dos resultados da oficina de Planejamento. Tem como tarefa principal organizar as informações e as decisões tomadas, de forma a apresentar claramente a proposta que constitui o plano, através dos objetivos e resultados previstos. Dispõe todas as atividades apresentadas como necessárias e suficientes para chegar a esses resultados, agrupadas conforme critérios temáticos estabelecidos, que constituirão os Programas de Ação.

O Plano será pautado pela sistematização e aprofundamento do conhecimento da APA e pelo desenvolvimento das primeiras ações de gestão. Estas deverão priorizar as áreas estratégicas do território da Unidade, de acordo com as definições de Zoneamento Ambiental.

As informações para as análises do ambiente interno e externo da Unidade foram obtidas na Oficina de Planejamento, subsidiando a equipe técnica na identificação dos principais fatores a serem abordados na Matriz de Análise Estratégica.

Os fatores endógenos, que constituem o cenário interno de uma Unidade de Conservação, são caracterizados como pontos fortes e pontos fracos e condicionam o manejo da Unidade. Os fatores do cenário externo são caracterizados como oportunidades e ameaças, e auxiliam ou dificultam o cumprimento de seus objetivos de criação. Os elementos que constituem os cenários interno e externo, sob o ponto de vista do planejamento estratégico, são definidos como:

- **Pontos Fracos:** Fenômenos ou condições inerentes à UC, que comprometem ou dificultam seu manejo;
- **Pontos Fortes:** Fenômenos ou condições inerentes à UC, que contribuem ou favorecem seu manejo;
- **Ameaças:** Fenômenos ou condições externos à UC, que comprometem ou dificultam o alcance de seus objetivos;
- **Oportunidades:** Fenômenos ou condições externos à UC, que contribuem ou favorecem o alcance de seus objetivos.

As informações discutidas durante as Oficinas (pontos fracos e fortes; ameaças e oportunidades) foram cuidadosamente verificadas, reavaliadas e registradas em uma Matriz de Análise Estratégica. As propostas de ações elaboradas pelos

participantes na Oficina de Planejamento, foram analisadas quanto à viabilidade técnica e institucional de implementação, avaliadas quanto à efetividade e sistematizadas como premissas defensivas, ou de recuperação e como premissas ofensivas ou de avanços, enfocando os programas temáticos – pesquisa/monitoramento, proteção/manejo, educação ambiental, visitação, alternativa de desenvolvimento, integração externa, orientando a Matriz de Análise Estratégica em grandes eixos diretivos do plano – Tabela 2 e 3.

Tabela 3 – Forças Restritivas e Premissas Defensivas e de Recuperação

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de recuperação
a) Grande extensão da APA dificultando ações de Fiscalização, Proteção e Manejo; b) Poucos profissionais treinados envolvidos nas ações de Fiscalização, Proteção e Manejo.	a) Ocorrência de crimes ambientais contra os recursos naturais; b) Expansão desordenada de atividades antropicas sobre o Cerrado; c) Exploração Mineral clandestina; d) Crescimento Urbano sem o devido planejamento.	a) Zoneamento da APA definindo frentes de atuações efetivas de Fiscalização, Proteção e Manejo; b) Ampliação e Capacitação do quadro de funcionários; c) Realização de parcerias para apoio nas ações de Fiscalização, Proteção e Manejo.
a) Pouca interação e comunicação com as comunidades e municípios envolvidos; b) Conselho inoperante.	a) Comunicação deficiente; b) Inexistência de organização para solução dos conflitos socioambientais; c) Presença de fortes conflitos de interesse.	a) Incentivo a efetiva atuação do Conselho; b) Atuação do Conselho com interassão comunitária; c) Apoio a discussão e desenvolvimento de atividades sócioambientais nos municípios.
a) Carência de programas de educação socioambiental para as comunidades dos municípios; .b) Falta de maior interação com as escolas dos municípios para ações de educação ambiental.	a) Desmatamento; b) Lixo sem tratamento adequado nos municípios; c) Poluição das águas; d) Atividades ambientais ilegais .	a) Desenvolvimento de programas de educação ambiental nos municípios, especialmente as escolas; b) Apoio as atividades de Manejo e Reciclagem do lixo gerado nos municípios; c) Apoio as alternativas econômicas que utilizem os recursos naturais de forma racional e ecologicamente correta.

Tabela 4 – Forças Impulsoras e Premissas Ofensivas e de Avanço

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO	PREMISSAS
Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
a) Grande diversidade biológica;	a) Proprietários rurais com interesse em constituir RPPNs;	a) Atuação conjunta com as demais UC e espaços conservados, de modo a formar um mosaico integrado de áreas protegidas;
b) Presença de grandes áreas de Cerrado de altitude;	b) Situada em área prioritária para conservação, Reserva da Biosfera e Corredor Ecológico Paranã Pirineus;	b) Levantamento de aspectos e áreas prioritárias para intensificação das ações de conservação na APA
c) Abundância de recursos hídricos.	c) Presença de parte do território Kalunga;	c) Gestões para tornar a região referência em conservação aliada ao desenvolvimento.
	d) Recursos provenientes de compensação ambiental	
a) Alta potencialidade para pesquisa científica	a) Projetos de pesquisa e levantamentos já realizados	a) Estabelecimento de parcerias e convênios com universidades para o gradativo aumento do conhecimento sobre vários aspectos da APA de Pouso Alto b) Incentivo à participação de pesquisadores com trabalhos desenvolvidos na região da APA de Pouso Alto em congressos científicos e publicações de artigos em revistas especializadas
a) Promove a conscientização ambiental das comunidades dos municípios envolvidos	a) Visão positiva da APA pelas comunidades;	a) Gradativo incentivo a mudança nas bases econômicas para setores e atividades de baixo impacto ambiental, em âmbito regional b) Incentivo à auto-suficiência das comunidades na elaboração e desenvolvimento de projetos de cunho econômico-ambiental e na captação de recursos financeiros para executá-los;
b) Possui importância para a economia local e regional, por meio da geração de renda e atração de investimentos	b) Comunidade mobilizada e interessada no desenvolvimento aliado a conservação	c) Incentivo ao empreendedorismo em diferentes setores complementares da economia, de forma ambientalmente responsável
	c) Existência de iniciativas de aproveitamento sustentável do Cerrado	

A interpretação da Matriz de Análise Estratégica constitui uma base referencial para a determinação das ações a serem propostas para as áreas estratégicas.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MILLER, K. Planificación de Parques Nacionales para el Ecodesarrollo en Latinoamérica. Fundación para la Ecología y Protección del Medio Ambiente: España. 500pp. 1980.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. Roteiros Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, 2002.

MEIÇO, C. A. Caracterização dos Atores Presentes no Contexto de Implementação da APA do Pouso Alto – GO: Descrição de seus Valores e do Capital Social. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

BARBOSA. A. G. As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

FERREIRA. L. C. G. e ALMEIDA. M. G. Usos e conflitos na APA do Pouso Alto (GO): uma abordagem sobre a percepção dos atores dos atores locais de Colinas do Sul e Cavalcante. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p.215-230, abr/2014.

CTE  centro tecnológico de engenharia Ltda
Rua 254 nº 146 - Setor Coimbra - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3291-1100
Site: www.cteengenharia.com.br
E-mail: cte@cteengenharia.com.br